

Governo Lula vai vetar ou bloquear emendas extras

Data centers vão exigir muito do sistema elétrico do Brasil

O governo Lula vetará ou bloqueará emendas extras do Congresso no Orçamento de 2026 para recompor as verbas de políticas sociais

ORÇAMENTO 2026**Idiana Tomazelli**

FOLHAPRESS

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai vetar ou bloquear as emendas extras aprovadas de última hora pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2026. O objetivo é recompor a verba de políticas sociais que foram alvo de uma tesourada dos parlamentares, que redirecionaram os recursos para ações de seu interesse para o próximo ano eleitoral.

O valor movimentado pelos congressistas, sem acordo com o Executivo, pode chegar a R\$ 11,5 bilhões. Não se sabe ainda o tamanho exato da mudança, já que o relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), fez uma série de acréscimos e cancelamentos de última hora.

Nos documentos, as alterações aparecem com uma série de códigos usados para identificar ações de governo e órgãos. Esse sistema normalmente ajuda a or-



Lula deve vetar emendas extras aprovadas pelo Congresso

FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

ganizar o Orçamento, mas também pode servir de cortina para as manobras feitas pelos parlamentares.

Segundo um integrante do governo, ainda não há decisão sobre quanto dos R\$ 11,5 bilhões serão vetados ou bloqueados. O Executivo vai recorrer a diferentes instrumentos, a depender do caso identificado.

Uma primeira linha de defesa será a lei complementar 210, que formalizou o acordo entre governo, Congresso e STF (Supremo Tribunal

Federal) em torno da execução de emendas parlamentares, após questionamentos sobre a falta de transparência na aplicação dos recursos.

A norma disciplina um limite máximo de verbas carimbadas para os deputados e senadores. Também proíbe o cancelamento de despesas discricionárias do Executivo, usadas para financiar contratos de custeio e investimentos, chamadas de "RP2" no jargão orçamentário, para redirecionar a verba a outras

ações com localização ou destinatário específico.

Pela lei, o limite em 2026 será de R\$ 26,6 bilhões para emendas individuais, R\$ 15,2 bilhões para as de bancada (dos quais R\$ 4 bilhões foram remanejados para o fundo eleitoral) e R\$ 12,1 bilhões para as emendas de comissão.

A ordem dentro do governo é mapear se os congressistas inseriram ações com destinatário ou localização específica em valores acima desses limites. Se isso for identificado, a verba será vetada já no momento da sanção do Orçamento pelo presidente Lula, o que deve ocorrer até o início de janeiro.

PARA ENTENDER

BLOQUEIO DE EXECUÇÃO

- Uma segunda possibilidade é bloquear a execução das verbas inseridas pelos parlamentares em forma de emendas extras para, depois, enviar um pedido de crédito ao Congresso para remanejar o dinheiro a ações de interesse do governo. Na prática, esse instrumento poderia reverter boa parte das mudanças.

REDE TENSIONADA

Pedro Lovisi

FOLHAPRESS

A chegada de vários data centers ao Brasil vai demandar um redobrado esforço dos operadores do sistema elétrico para equilibrar a já tensionada rede do país. De acordo com especialistas ouvidos pela Folha, térmicas a gás natural e mais linhas de transmissão precisarão entrar em funcionamento para atender essa nova demanda por energia, gerando custos adicionais para consumidores.

Para processar informações, os data centers consomem um volume enorme de energia. Para se ter uma ideia, os centros no Ceará anunciados pela ByteDance (dona do TikTok) em conjunto com a Casa dos Ventos e a Omnia no início do mês, por exemplo, devem consumir, quase ininterruptamente, a mesma quantidade de energia necessária para uma cidade de mais de 3 milhões de pessoas.

Em setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória que concede incentivos financeiros para os data centers. De acordo com a indústria, a medida, que deve virar lei até fevereiro, é fundamental para dar viabilidade

econômica aos data centers que estão sob análise por reguladores. Juntos, esses centros vão consumir 6 GW (gigawatts) e depois de 2030, o consumo pode ultrapassar 15 GW, conforme novas estruturas vão sendo instaladas.

Por um lado, essa demanda nova de energia é bastante atrativa para as geradoras de energia solar e eólica, que enxergam os data centers como solução para os cortes efetuados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) em suas usinas durante as tardes, quando placas solares e turbinas eólicas produzem mais energia do que o país consegue consumir. Só em outubro essas geradoras viram os prejuízos somarem R\$1,1 bilhão.

Mas, por outro, se durante o dia a chegada de novas cargas tem o potencial de solucionar os cortes de energia, à noite, quando placas solares param de operar, novas fontes de eletricidade precisarão atender a demanda exigida pelos data centers, o que pode encarecer a conta de luz do brasileiro.

Quando as placas solares param de funcionar, os operadores acionam energia térmica, gerada pela queima do gás natural, um processo caro e demorado no Brasil, além de poluente. Essas térmicas são bancadas pelos consumidores de energia.

[illegible]